



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 448, DE 2014**  
(Do Sr. Guilherme Campos e outros)

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional, e dá outras providências.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Nº 2

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei Complementar nº 448, de 2014:

Art. O art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.....

.....

X-.....

.....

b).....

1- alcóolicas, exceto aguardente de cana;

.....” (NR)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

## JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Aditiva de Plenário busca permitir que os pequenos produtores de aguardente de cana possam ser beneficiados pelo sistema de tributação do Simples Nacional.

Sabe-se que a carga tributária está sufocando a produção da cachaça de alambique. Os pequenos produtores têm enfrentado aumentos sucessivos de impostos. Estima-se que o consumidor de cachaça pague 83,07% de imposto sobre o preço final do produto.

A tributação pesada sobre o pequeno produtor de aguardente de cana gera dois principais problemas. O primeiro é a concorrência com os grande produtores, que podem arcar mais facilmente com a carga tributária. O segundo é a concorrência desleal com o segmento informal, que não cumpre a legislação em vigor, não é inspecionado pelos órgãos competentes, não recolhe impostos, representando grande risco à saúde do consumidor. Assim, é de fundamental importância que seja aprovado um regime tributário diferenciado para pequenos produtores de aguardente de cana.

A cachaça é a segunda bebida mais consumida no País, perdendo apenas para a cerveja. Sua produção gera empregos principalmente na zona rural. Estima-se que o setor da cachaça seja responsável por mais de 600 mil empregos diretos e indiretos. Mais de 90% dos produtores de aguardente de cana são microempresas ou empresas de pequeno porte.

Ao incluir a aguardente de cana no Simples Nacional, o governo estará aumentando sua base de arrecadação, contribuindo





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

para o fim de informalidade no setor e, principalmente, proporcionando ao consumidor uma variedade maior de produtos adequados à legislação sanitária.

Ante o exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da emenda aditiva de plenário.

Sala das Sessões, 4 de março de 2015.

*[Assinatura]*  
Deputado Jorge Corte Real  
PTB/PE

*[Assinatura]*  
LIDER PTB

*[Assinatura]*  
PP - Vice-Líder  
(Teodoro Norberto)

*[Assinatura]*  
PSB  
(LIDER)

